

# ziguezagues na política

pedro prostes da fonseca

# ÍNDICE

PREFÁCIO ... 9

MOVIMENTOS NO ESPECTRO POLÍTICO ... 15

INTRODUÇÃO ... 17

## CAPÍTULO I

QUANDO TODOS ERAM REVOLUCIONÁRIOS 19

Um extremista chamado Durão 22

Do volúvel Otelo ao *rolha* Costa Gomes 28

## CAPÍTULO II

AMANHÃS QUE JÁ NÃO CANTAM 33

Cunhal não evita sangria 37

A *guinada* de Zita Seabra 39

## CAPÍTULO III

AS CONTRADIÇÕES DE CUNHAL 43

## CAPÍTULO IV

O IRREQUIETO SÁ CARNEIRO 51

Um revolucionário à frente do PPD 54

Jogar na antecipação 59

## CAPÍTULO V

MARCELO E GUTERRES, DE VILÕES A HERÓIS 69

O caso Marcelo 70

O caso Guterres 78

## CAPÍTULO VI

EANES: NO MELHOR PANO... 83

Um quase espalhanço 84

PRD, *o tiro no pé* 87

## **CAPÍTULO VII**

SOARES E AS SUAS CIRCUNSTÂNCIAS **93**

## **CAPÍTULO VIII**

FURACÃO PORTAS **101**

O *flic-flac* do jornalista **103**

## **CAPÍTULO IX**

AS *FÍFLAS* DE SÓCRATES **115**

## **CAPÍTULO X**

OS DESALINHADOS **123**

Júdice, um spinolista desconcertante **124**

Um ácido chamado Vasco **132**

O temido desalinhado **139**

Um pêndulo entre o PSD e o PS **147**

## **CAPÍTULO XI**

OS SOLAVANCOS ATÉ À *GERINGONÇA* **155**

## **CAPÍTULO XII**

MUDANÇAS PARA TODOS OS GOSTOS **169**

*Salta-pocinhas* autárquicos **174**

**EPÍLOGO ... 179**

**APÊNDICE ... 182**

**ÍNDICE ONOMÁSTICO ... 213**

**FONTES ... 219**

**AGRADECIMENTOS ... 223**

## PREFÁCIO

# «Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades.»

**H**á uma frase famosa, muito citada, embora de forma bastante vaga: «Quem é bom comunista aos vinte anos, é social-democrata aos quarenta.» As palavras empregues às vezes são “esquerdista” ou “revolucionário”, para a juventude, e “socialista” ou “democrata”, para a idade adulta, porque os termos variaram com os tempos. A frase é atribuída a Willy Brandt (1913-1992), político alemão, que passou ele próprio por uma evolução similar. Mais exatamente, ele foi socialista, do partido social-democrata alemão (SPD), passou, durante o nazismo, para o partido esquerdista SAPD (mais à esquerda do que os socialistas e os comunistas) e, no fim da II Guerra Mundial, regressou ao SPD, na liderança do qual chegou a chanceler da Alemanha. Aliás, também a autoria da frase não está garantida: será mesmo de Brandt? Tanto ponto de interrogação...

E, no entanto, dizer «quem é bom comunista aos vinte anos, é social-democrata aos quarenta», quaisquer que sejam as ideologias aludidas, é sentença extraordinariamente exata se lhe tirarmos a ganga

das palavras. Fiquemo-nos só pelos números: uma coisa é vinte anos; outra coisa, quarenta. Isto, sim, que verdade! Aliás, a maioria das análises clínicas, feitas num momento e voltadas a fazer, vinte anos depois, a um político, confirmam com números a justeza da frase. O tempo muda. Muda tudo e não só as palavras, e nem só os políticos. O tempo muda também os barbeiros. Apresentando-se-nos com a opinião exacerbada, assumida, propagandeada, os políticos arriscam-se a que lhes cobremos pela incoerência da palavra. Já aos barbeiros perdoamos-lhe até serem do clube errado. Neles conta a tesoura, não as frases. Com os políticos, nós, os não políticos, somos mais rancorosos. Exercício injusto, porque nada pior do que não mudar de ideias quando o mundo, incluindo nele essa certeza móvel que é o calendário, tanto muda.

Escrito sobre políticos portugueses contemporâneos e publicado quase meio século depois de um período revolucionário, este livro de Pedro Prostes da Fonseca, *Ziguezagues na Política*, não poderia queixar-se, pois, de falta de assunto. Eles, os políticos, disseram coisas aos vinte anos; dizem certamente outras aos sessenta. Zigues e zagues eram inevitáveis, até porque a lei dos números, no caso em apreço, ainda é maior (mais do dobro) do que a sugerida pela célebre frase de Willy Brandt: desde o ano fantástico que foi de Abril de 74 ao Verão Quente de 75, decorreram até hoje já quarenta e quatro anos, espaço de tempo para se ter pensado de certa forma, ter mudado para assim e para assado e, para alguns, voltar à casa de partida. Dar uma volta de 360 graus, neste caso, são contas bem feitas e até definem uma mudança radical. É raro quem regressa a onde tinha começado.

Nem é preciso ser cientista político para nos darmos conta dessa inevitabilidade de mudar as opiniões e as palavras. O cantor José Mário Branco, numa simples, clara e bela canção, já o dissera: «Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades.» Título que bem poderia servir de epígrafe a este livro. Para dizer toda a verdade, as palavras da canção (lançada em 1971 e tão amada em 74/75) são quase todas de Luís de Camões. Este, o lírico, faz a fatalidade atravessar todo o seu soneto: «Muda-se o ser, muda-se a confiança/ Todo o mundo é composto de mudança...» Como quem diz, é assim, não há volta a dar. O cantor, ainda mais lírico, também ele mudado pelos novos tempos (os que

então se viviam), acrescentou um refrão voluntarista: «Mas se todo o mundo é composto de mudança/ Troquemos-lhe as voltas que ainda o dia é uma criança.» Por outras palavras, «Tudo e já!», como dizia um cartaz revolucionário do utópico Maio de 68 francês, acabado de ser vivido por José Mário Branco em Paris, antes de voltar a Portugal.

A abrir o refrão, um bonito, e até belo, «mas», se me permitem usar a adversativa que transportou o quinhentista Camões para a Revolução de Abril. Uma viagem que começava o jovem estudante de Direito Zé Manuel, um dos políticos referidos nas páginas seguintes, como se fosse ele sozinho (e não também as circunstâncias de um terramoto político) o pleno dono da vontade que o levou em 1974 a pôr o seu destino nas mãos do Grande Educador da Classe Operária Arnaldo Matos, que dizia: «Vamos tomar o poder custe o que custar, demore o tempo que demorar.» Outro lírico. Este varrido, a ponto de continuar a dizer o mesmo hoje. Como se tudo não tivesse demorado de mais e a vontade do Durão Barroso, que não já a do José Manuel, não tivesse de ser já outra quando assinou um contrato com o banco Goldman Sachs... Incoerência? Não, só voltas trocadas, tão próprias do género humano, tivesse este sido elemento das massas, como se dizia em 1974. Voltando à canção, agora em puro Camões: «Do mal ficam as mágoas na lembrança/ E do bem (se algum houve) as saudades.» Continuem, o baile e a política.

Leia-se, pois, este livro como ele foi escrito, sem o dedo em riste de quem acusa ou pede meças aos vira-casacas (eu sou um, andei a gritar «Ho-Ho-Ho-Chi-Min/ Che-Che-Guevara» e hoje sou um antirrevolucionário primário e um convicto secundário reformista), mas, dizia eu deste livro, leia-se com o ligeiro sorriso dos lúcidos. Ligeiro e justo, como aconselha o título do Capítulo I do *Ziguezagues na Política*: «Quando todos eram revolucionários». Sendo assim, sendo todos a mesma coisa, todos revolucionários, como pretender ser político, reger a coisa pública (*a res publica*), sem vestir o traje único obrigatório para entrar naquela festa?

Aquelas circunstâncias moldavam-nos para aqueles tempos: a direita era centrista, a direita moderada era social-democrata, os sociais-democratas eram socialistas e os comunistas eram comunistas, exceto para os esquerdistas, os verdadeiros comunistas, para quem

eles eram falsos comunistas... A política era um navio que rumava inclinado como se o porão só tivesse sido carregado a bombordo. Éramos todos, ou quase todos, oficialmente socialistas, pelo menos em embrião, como iria decretar a Constituição que se discutia. Sim, apesar de ela ter sido votada em 1976, já no ano seguinte a terem sido travados os mais assanhados socialistas, dizia o seu artigo 2.º, em título, o que era a nossa República e destino. Isto: «Estado democrático» e «transição para o socialismo».

Volto a lembrar: já os maoístas e trotskistas se exilavam nos bares e os comunistas haviam desistido de ser ministros, e este artigo constitucional e fundamental foi votado, a 2 de abril de 1976: «A República Portuguesa é um Estado de direito democrático, baseado na soberania popular, no pluralismo de expressão e organização política democráticas, no respeito e na garantia de efetivação dos direitos e liberdades fundamentais e na separação e interdependência de poderes, visando a realização da democracia económica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa.» Desculpem a longa citação, mas estas palavras foram votadas pela quase unanimidade dos 250 deputados portugueses, com a exceção dos 15 do CDS. E apesar de a declaração de voto do líder da bancada centrista Vítor Sá Machado se ter precavido ao dizer «o nosso voto é um voto revolucionário», não se livraram de ter ouvido um colega deputado gritar-lhes: «Reacionários!» Dito isto, como tomar à letra, quer dizer, pelos dicionários de hoje, o que era dito num tempo em que as palavras tinham outro significado?

Meses antes, ainda andava o pai mais impoluto, a memória mais duradoura da direita portuguesa, Francisco Sá Carneiro (lá está, morreu cedo, escapou ao critério do tempo), a declarar que não havia «verdadeira democracia sem socialismo, nem socialismo autêntico sem democracia.» Hoje, até Francisco Louçã levantaria a sobrelance se Mariana Mortágua dissesse o mesmo. Os de Sá Carneiro, do PPD<sup>1</sup> — que só não eram ainda PSD<sup>2</sup> porque os sociais-democratas portugueses (PS), aliados de Willy Brandt, lhes proibiam a marca —, votavam, unânimes, que Portugal estava, e devia estar, pois era constitucional, «em transição para o socialismo». O artigo ficou e só caiu na primeira

<sup>1</sup> PPD, Partido Popular Democrático.

<sup>2</sup> PSD, Partido Social Democrata.

revisão constitucional, em 1982. Ainda mais persistiu a ideia, noutro artigo também convertido em ordem pois era igualmente constitucional, de que as nacionalizações eram irrevogáveis. O fim desse artigo aconteceu a 8 de julho de 1989 — por um niquinho, ter-se-ia deixado ultrapassar pela queda do Muro de Berlim e o colapso da URSS...

Um dos capítulos iniciais deste livro intitula-se «Amanhãs que já não cantam», alusão, adaptada, a uma frase do imaginário revolucionário europeu. O deputado comunista francês Gabriel Péri, combatente da Resistência contra a Ocupação nazi, foi fuzilado em 1941 pelos alemães. Péri, que foi cantado por grandes poetas como Paul Éluard e Louis Aragon, haveria de ser perpetuado pela última frase da sua derradeira carta. Nela falava da quimera pela qual se lutava, «*les lendemains qui chantent*», os amanhãs que cantam. Quando a História emperra, resta essa esperança para alguns, e para outros, o desalento.

A Revolução de Abril — na sua mudança para a vida tal qual ela é depois dos sismos — também levou os mais crentes nela à persistência de uns e aos desamores de outros. Terreno fértil para se encontrar frases que às vezes colidem, apesar de terem sido ditas pelos mesmos. Mas somos os mesmos, antes e depois dos grandes momentos? Aconselho a ler as páginas dedicadas a esse confronto, por vezes pessoal, ouvindo uma das nossas canções mais belas e tristes (e olhem que temos canções tristes e belas). Sim, chamo outra vez ao palco José Mário Branco: «Eu vim de longe, eu vou para longe...» A canção foi conhecida em 1982, sete anos depois do Novembro de 1975. As dores rasgadas precisam de tempo. E ela tem dois tempos, como cabe neste prefácio de um livro que evoca frases de políticos, ziguezagueando com os anos. A canção de José Mário Branco abre com o exilado, que ele foi, a chegar, «quando a fronteira me abraçou». E a canção acaba deslizando para «quando a nossa festa s'estrageou»...

Os poetas têm a sorte, e nós através deles também, de os seus tempos não se desdizerem. O longe de onde se vem e o longe para onde se vai juntam-se «onde nos vamos encontrar/ com o que temos p'ra nos dar». Os poetas podem prolongar a esperança, a verdade para eles (e para nós, por arrasto) pode fingir-se imutável, fiel. Mas aos políticos, quadrilhados como ninguém, não lhes perdoamos. Usamos

a arma deles, as palavras, para os contraditar — atiramos-lhes à cara o dito ontem, para insinuarmos mentiras de hoje... É a regra do jogo, que os melhores deles aceitam.

Conhecemos todos um, Marcelo Rebelo de Sousa, que não se importará que se saiba que ontem — um ontem longínquo, 1982, era Pinto Balsemão primeiro-ministro — ele aconselhava as figuras de Estado, sobretudo as mais altas, a serem comedidas no aparecer em público e no falar: «Não há dúvida que o aparecimento em excesso, a intervenção em excesso, acabam por revelar-se contraproducentes, não só para qualquer governante como para o órgão de que é titular. Admito pois que isto possa aplicar-se tão direta e tão imediatamente a um Presidente da República como a um membro do Conselho da Revolução, como a um membro do governo.»

Evidentemente, essas palavras não parecem ter sido ditas por Marcelo, até porque ele não faz referências ao tirar *selfies* com o povo... Muito embora, agora que o assunto veio à baila, as *selfies* não se faziam em 1982... Humm, querem ver que Marcelo, há quarenta anos, era um político tímido...? Não, não era. Só que então era secretário de Estado e estava a dizer o que lhe convinha para a construção do Presidente da República a que ele havia de chegar. Aquelas palavras de ontem são mais do que absolutamente coerentes com o que Marcelo faz hoje: sem elas, e outras tão díspares do Presidente de hoje, talvez ele não fosse hoje o Presidente.

**Ferreira Fernandes**  
**(jornalista)**

# MOVIMENTOS NO ESPECTRO POLÍTICO

**ESQUERDA**

**DIREITA**

Mário Soares



Otelo Saraiva de Carvalho



Zita Seabra



Jorge Sampaio



Pacheco Pereira



Santana Lopes



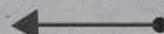
Durão Barroso



António Barreto



Freitas do Amaral



António Vitorino





## INTRODUÇÃO

**S**e, na matemática, a linha reta é o caminho mais próximo entre dois pontos, na política, longe de ser uma ciência exata, o percurso é feito através do contorno de obstáculos. A demagogia (que vem do grego e expressa a arte de conduzir um povo), a coreografia, os jogos de bastidores, as reviravoltas de opinião, são o dia a dia da prática política.

Até governantes mais insuspeitos assumiram ter-se servido de algum destes expedientes: «Resolvi responder com dureza a Mário Soares, recorrendo também a alguma demagogia, domínio em que eu era ainda um aprendiz», reconheceria Aníbal Cavaco Silva<sup>3</sup>, aludindo a um dos muitos confrontos que travou com o líder socialista — que dizia que o aliciante na política era a sua «imprevisibilidade» e os «inesperados lances de teatro»<sup>4</sup>.

Já Paulo Portas, ao justificar o voo dado em 1995 do jornalismo

---

<sup>3</sup> *Autobiografia Política*, de Aníbal Cavaco Silva.

<sup>4</sup> *Soares Democracia*, de Maria João Avillez.

para a política — contradizendo as suas próprias palavras de que nunca faria tal viagem —, considerou: «A política é um *flirt*, um processo não inteiramente consciente que vamos deixando progredir e que depois toma conta da nossa margem de manobra.»<sup>5</sup>

Mas nem Cavaco, nem Soares, nem Portas, puseram tanto o dedo na ferida como Luís Filipe Menezes, quando afirmou que «um político pode e deve ser hipócrita desde que nunca ponha em causa, no essencial, aquilo que são valores referenciais que estão na sua consciência»<sup>6</sup>.

Maria de Lourdes Pintasilgo também opinou um dia sobre o tema, recusando conferir-lhe uma conotação de prazer ou fatalidade, mas observando-o sob um ponto de vista crítico. Ao deixar o lugar de chefe do V Governo Constitucional<sup>7</sup>, questionada sobre a imagem que guardava da classe política, a única mulher que até hoje ocupou o lugar de primeiro-ministro de Portugal foi implacável: «Excesso de quadrilha... *promenade, change your pair*... um bailado.»<sup>8</sup> Era a resposta (reveladora) de quem nunca tomou a política como profissão, e sim como uma etapa acidental da sua vida.

É sobre este bailado, a dança e a inconstância na política, que trata este livro, construído a partir de declarações de homens e mulheres que estiveram ligados aos destinos de Portugal desde a Revolução de 25 de Abril de 1974 até hoje.

De Otelo Saraiva de Carvalho a António Costa; de Pacheco Pereira a Durão Barroso; de Zita Seabra a Ramalho Eanes; de António Guterres a Marcelo Rebelo de Sousa; de Catarina Martins a Mário Soares; de José Sócrates a Francisco Louçã, proferiram, neste quase último meio século, afirmações que poderão parecer bizarras quando lidas à distância, mas que, contextualizadas, ajudam a fazer história.

Neste *veja as diferenças* constata-se que a coerência tem pouco lugar na vida política e que este facto pode alterar as peças do tabuleiro a qualquer momento.

<sup>5</sup> *Público*, 11 de fevereiro de 2011.

<sup>6</sup> *Sábado*, 26 de abril de 1991.

<sup>7</sup> O V Governo Constitucional esteve em funções de julho de 1979 a janeiro de 1980.

<sup>8</sup> *Expresso*, 22 de dezembro de 1979.

## CAPÍTULO I

# Quando Todos Eram Revolucionários

**Q**uase duas da manhã do dia 7 de novembro de 1975. Terminava o tão ansiado debate entre Mário Soares e Álvaro Cunhal que durara quase quatro horas. O telefone do Serviço de Relações com o Público da RTP não parava de tocar. Espectadores queriam opinar sobre o frente a frente entre o socialista e o comunista, que ficaria para a História como um dos acontecimentos mais importantes do conturbado verão quente em Portugal. Não havia, então, processo de medir as audiências, mas, segundo os atuais especialistas em audiometria, terá sido um dos programas televisivos mais seguidos de sempre no país — quando existiam apenas dois canais.

Pelos 701 telefonemas recebidos por aquele serviço da RTP, que se prolongaram até às quatro da tarde do dia seguinte, o líder do Partido Socialista ganhara claramente o confronto. O balanço seria medido de uma forma um tanto anacrónica: protestos contra as afirmações de Soares: 18; protestos contra as afirmações de Cunhal: 40; apoio a palavras de Soares: 132; apoio a palavras de Cunhal: 67.

Faltavam poucos dias para o golpe de 25 de Novembro que iria acabar com as aspirações dos comunistas e da extrema-esquerda de conduzir o país rumo a um socialismo de rosto totalitário. Mas Portugal vivia ainda numa sucessão de tumultos, que, de tanto se sucederem, eram quase banalizados. Prova disso o pouco destaque dado pelo *Diário de Lisboa* a três petardos que rebentaram naquela madrugada em Lisboa (perto da sede do PS)<sup>9</sup>, Porto e Ponta Delgada. Ou às desavenças em Santarém entre os camponeses e os donos das terras, que provocaram duas mortes entre estes últimos, «acreditando que tenham falecido devido a ferimentos causados por arma branca».

Já o confronto televisivo entre Soares e Cunhal iria merecer daquele vespertino um suplemento de 20 páginas. Visto a partir de hoje, o debate quase poderia resumir-se numa frase: havia PS para enfrentar quaisquer devaneios ditatoriais — que, após o 25 de Novembro, se foram esvaindo, com os partidos mais moderados a acolherem políticos que tiveram posições extremadas, à direita, como José Miguel Júdice, ou à esquerda, como Jorge Sampaio.

O primeiro juntara-se a António de Spínola para combater os comunistas e chegou a estar preso em Caxias; o segundo defendia, em outubro de 1974, que as eleições em 1975 para a Constituinte seriam precipitadas, juntando a sua voz à do Partido Comunista: «Parece-me que fazer eleições que neste momento representariam uma forma de legitimação clássica para um determinado desequilíbrio social é pelo menos arriscado, num momento em que algumas dessas realizações fundamentais e imprescindíveis não estão a caminho. Corremos o risco de perdermos algumas conquistas fundamentais do 25 de Abril», dizia o futuro Presidente da República, que então pertencia ao MES (Movimento de Esquerda Socialista), em entrevista ao *Expresso*.

Valeu a firme posição dos militares do MFA (Movimento das Forças Armadas), que cumpriram o acordo firmado com os partidos de realizar eleições num prazo de um ano a contar do dia da revolução: «Como militares tínhamos briosamente de cumprir uma palavra empenhada em Abril de 1974 de fazer eleições para a Assembleia Constituinte e

---

<sup>9</sup> Houve quem dissesse que este petardo, junto à sede do PS, teria sido deflagrado pelos próprios socialistas para vitimização perante o debate que estava a acontecer na RTP.

não quisemos abdicar desse compromisso», afirmava Otelos Saraiva de Carvalho em outubro de 1975, em entrevista a *O Jornal*.

As eleições ocorreriam a 25 de abril de 1975 — depois de, num primeiro momento, terem sido marcadas para março desse ano —, com o PS a vencer com uma vantagem folgada (37,9%), seguido do PPD (26,4%). O PCP não iria além dos 12,5%.

A Assembleia Constituinte foi um *circo*, com constantes agressões verbais entre os deputados. Além dos usados e abusados labéus de «fascista», «social-fascista» ou «reacionário», ouviam-se outros improperios mais extremados, como «aldrabão» ou «nojentos». E frases cobertas de sarcasmo, como a lançada contra Barbosa Gonçalves, deputado pelo PPD: «Vai carregar sacos de adubo para saberes como é!»

O único deputado da UDP<sup>10</sup>, Américo Duarte, um operário da Lisnave, era o principal animador do espetáculo, disparando contra tudo o que se mexia. Chegou a ameaçar o deputado eleito pelo CDS<sup>11</sup>, Galvão de Melo, de o enfiar no Campo Pequeno — a gíria para fuzilamento, tornada popular por Otelos Saraiva de Carvalho.

As eleições para a Constituinte dariam ou não legitimidade democrática em função dos interesses em presença. Para Mário Soares e Sá Carneiro eram um sinal inequívoco da escolha dos Portugueses; para Cunhal, o povo tinha sido condicionado no escrutínio e por isso o resultado eleitoral tinha pouco peso. «Se julga que a Assembleia Constituinte se pode desenvolver sem o MFA engana-se redondamente. Se crê que se vai transformar num Parlamento, comete um erro ridículo. A Assembleia Constituinte terá uma importância limitada. Será desenvolvida num contexto político bem definido e condicionado pelos acordos subscritos com o MFA. Isto porque foi o MFA que fez a revolução, não o PS», afirmava o líder comunista numa entrevista a Oriana Falacci<sup>12</sup>, em junho de 1975.

Já não era o tempo de Sá Carneiro confiar em Álvaro Cunhal. A voragem dos acontecimentos, por vezes a sobreporem-se nas mesmas

<sup>10</sup> UDP, União Democrática Popular.

<sup>11</sup> CDS, Centro Democrático Social.

<sup>12</sup> Oriana Falacci era uma reputada escritora e jornalista, repórter de guerra no Vietname, e tinha no seu currículo entrevistas a personalidades como Henry Kissinger, Ayatollah Khomeini ou Lech Wałęsa. A entrevista a Álvaro Cunhal seria publicada na revista italiana *L'Europeo*, a 6 de junho de 1975.

24 horas, fazia com que uma semana representasse meses de um período normal. As contradições e mudanças de atitude seguiam a mesma vertiginosa lógica.

«Vejo o PCP com o respeito e apreço que me merece um adversário político, minoritário mas forte e bem estruturado, do qual, como é evidente, discordo. Mas não quanto à consolidação da liberdade democrática», afirmava Sá Carneiro ao *Diário de Notícias* em junho de 1974. Oito meses depois, num comício em Aveiro<sup>13</sup>, a perspectiva era radicalmente distinta: «Chegámos a um ponto de rutura [...]. É cada vez mais patente a linguagem triunfalista do PCP. Há que rejeitar terminantemente aventuras revolucionárias, qualquer que seja o seu fim. Elas mergulhariam o país na desordem, no caos e no sangue, pois nenhuma ação de força deixaria de encontrar força oposta.»

Se as convicções de Sá Carneiro sobre o líder do PCP (e do PS) mudaram em poucos meses, as de Cunhal e Soares mantiveram-se constantes na reciprocidade. Conheciam-se há muito e esperavam pouco um do outro. Lirismos de que Manuel Alegre padecia ao aderir ao PS em dezembro de 1974, fazendo-se acompanhar da estafada cartilha terceiro-mundista que colocava no mesmo plano capitalismo e imperialismo: «O PS tem um papel fundamental para garantir a autenticidade do processo revolucionário e para definir uma política de independência nacional, anti-imperialista, fundada numa aliança com os povos do Terceiro Mundo e liberta das pressões das superpotências.»<sup>14</sup>

## Um extremista chamado Durão

Com o país mergulhado na política, nas empresas, nos campos, nas ruas ou nas famílias, os mais jovens viviam também a revolução com intensidade. Em liceus e universidades, especialmente de Lisboa, sucediam-se verdadeiras batalhas campais a que os jornais pouca importância davam. Outros assuntos tinham

<sup>13</sup> No primeiro dia de fevereiro de 1975.

<sup>14</sup> *Portugal Socialista*, dezembro de 1974.

prioridade, como os governos provisórios que nasciam e se desfaziam à velocidade da luz.

Na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa respirava-se política por todos os cantos. Nos plenários tudo era discutido, como o caso do polémico serviço cívico<sup>15</sup>. Sobre este assunto, um jovem, do primeiro ano de Direito, vociferava para o microfone da RTP: «Nesta luta contra o serviço cívico vemos que seja quem for que esteja no Ministério da Educação defende essa medida, que não é mais do que o reflexo da crise do sistema do ensino burguês e que é antioperária e antipopular, que lança estudantes contra trabalhadores e trabalhadores contra estudantes.»

O rapaz da expressão carregada chamava-se José Manuel Durão Barroso e pertencia à FEM-L<sup>16</sup>, a frente estudantil do MRPP<sup>17</sup>, movimento que tinha entre os seus militantes figuras como José Luís Saldanha Sanches<sup>18</sup>, Maria José Morgado ou Ana Gomes, e uma forte implantação entre os estudantes. O extremismo do MRPP fica bem evidente nas palavras do histórico Arnaldo Matos: «Vamos tomar o poder custe o que custar, demore o tempo que demorar.»<sup>19</sup> Ou neste trecho de uma intervenção de um delegado do Comité Lenine<sup>20</sup>, num comício da FEM-L: «Os estudantes têm de escolher entre duas

<sup>15</sup> Lançado em maio de 1975, o Serviço Cívico Estudantil era obrigatório e serviu de expediente para adiar a entrada de novos alunos nos cursos superiores. A 11 de março de 1977 foi extinto e transformado no ano propedêutico.

<sup>16</sup> FEM-L, Federação dos Estudantes Marxistas-Leninistas.

<sup>17</sup> A 26 de dezembro de 1976, o MRPP seria transformado em partido, sob a sigla PCTP/MRPP (Partido Comunista dos Trabalhadores Portugueses/Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado).

<sup>18</sup> Futuro fiscalista e comentador político, Saldanha Sanches fora militante do PCP antes do 25 de Abril, tendo chegado a estar detido. Viria a ser mandatário financeiro de António Costa nas eleições para a Câmara de Lisboa, em 2007. Em 2008 admitia que o MRPP havia sido «uma fraude».

<sup>19</sup> *Luta Popular*, 27 de agosto de 1975.

<sup>20</sup> Não identificado.

*Diário de Lisboa,*  
11-10-1974:  
«Em relação  
ao António  
Champalimaud,  
tudo o que tenho  
ouvido dizer dele no  
campo da indústria  
é muito bom.  
Considero, só por  
ouvir dizer, que é  
um génio industrial  
e que, extremamente  
aberto como é para  
todos os problemas,  
audaz nas suas  
atividades, estou  
convencido, será  
até um dos homens  
que mais poderá  
impulsionar o  
ressurgimento da  
indústria, se ele  
quiser.»  
- OTELO SARAIVA  
DE CARVALHO

perspetivas, a que a burguesia lhes oferece de se transformarem em lacaios do capital, em cães de fila do capital, em trabalhadores colocados atrás de uma secretária à espera da reforma, ou então em servir o povo e servir a revolução. Não têm outra alternativa.»<sup>21</sup>

Com os anos, Durão Barroso deixaria de ser estudante e extremista. Em 1980, então com 24 anos, o seu espírito marxista-leninista já se esfumara, nascendo no seu lugar uma suave costela social-democrata. Nesse ano aderiu ao PSD, partido que, num futuro ainda longínquo, o catapultaria para primeiro-ministro, presidente da Comissão Europeia e administrador do Goldman Sachs — grupo financeiro que apelidaria de profundamente fascista no seu tempo de estudante. Algures nessa caminhada, havia-se tornado um dos conselheiros políticos preferidos de Cavaco Silva, e, nessa condição, numa reunião em janeiro de 1990 para debater o fraco resultado do PSD nas autárquicas, entendia que, para reconquistar o apoio dos setores mais dinâmicos da sociedade, se exigia ao partido «não um discurso ideológico ou de retórica balofa, mas acima de tudo competência para resolver os problemas»<sup>22</sup>.

Assim como Mário Soares punha o socialismo numa gaveta, noutra Durão colocara a «retórica balofa».

Durante o PREC<sup>23</sup>, a extrema-esquerda era quase toda dirigida por destacados antifascistas que combatiam sob as siglas da UDP (onde militaram Jorge Coelho<sup>24</sup> e Nuno Crato), PRP<sup>25</sup> (de Isabel do Carmo), LCI<sup>26</sup>, (por onde passaram Francisco Louçã e Augusto Santos Silva), FSP<sup>27</sup> (fundada por Manuel Serra), MRPP ou PCP(m-l)<sup>28</sup>. Juntos motivavam-se no ataque à direita, mas fundamentalmente ao

<sup>21</sup> *Luta Popular*, 26 de dezembro de 1974.

<sup>22</sup> *Autobiografia Política*, de Aníbal Cavaco Silva.

<sup>23</sup> PREC, Processo Revolucionário em Curso.

<sup>24</sup> Jorge Coelho aderiu ao PS em 1982.

<sup>25</sup> PRP, Partido Revolucionário do Proletariado.

<sup>26</sup> A LCI, Liga Comunista Internacionalista, participou nas eleições até 1976 e viria a fundir-se em 1978 com o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), dando origem ao Partido Socialista Revolucionário (PSR), que tinha como principais líderes Francisco Louçã, Alfredo Frade, Helena Lopes da Silva e José Falcão.

<sup>27</sup> FSP, Frente Socialista Popular – herdeira do Movimento Socialista Popular de Manuel Serra, esteve como grupo autónomo do PS até dezembro de 1974. Concorreu às eleições para a Assembleia Constituinte em 1975 e para a Assembleia da República em 1976, tendo a partir daí integrado a Frente Eleitoral do Povo Unido até 1978.

<sup>28</sup> (m-l): marxista-leninista.

partido de Álvaro Cunhal. A *Voz do Povo*, órgão oficial da UDP, escrevia PCP com aspas e retratava a Albânia como um país modelo: «Tem uma indústria moderna e diversificada, exportando numerosos produtos. Os seus operários e técnicos lançam-se em empreendimentos que vão de complexos siderúrgicos às centrais hidroelétricas. A agricultura triplicou em relação a 1938 [...]. Todas as cidades ou vilas têm escola, eletricidade, centro hospitalar, maternidade, creches e lavandarias.»<sup>29</sup>

Sintetizaria Pacheco Pereira, em 1991: «Toda uma geração foi maoísta. Mas, detrás da ideologia explícita, se formos ver o seu comportamento na época, encontramos muito mais uma ideologia libertária que se exercia contra o regime autoritário e o Partido Comunista.»<sup>30</sup>

Como referido no livro *Era Uma Vez... A Revolução*, do jornalista José Manuel Fernandes, também ele com passado de militância na extrema-esquerda, no PCP(m-l), estava longe de ser uma massa uniforme: «A rivalidade entre o MRPP e o PCP(m-l) era enorme e chegava, por vezes, à violência física. O MRPP, que usava uma linguagem floreada e radical, tratava o PCP(m-l) e o seu braço estudantil, a UEC(m-l)<sup>31</sup>, como a “confraria neorrevisionista” que vomita uma “peçonha revolucionária” e “arregaça despudoradamente as saias para mergulhar libidinosamente no âmago da provocação”.»

Neste tiro ao alvo ao PCP não participavam apenas organizações de extrema-esquerda ou o próprio Partido Socialista. Outras, etiquetadas pelos *revolucionários* como da direita radical, punham literalmente a cabeça dos comunistas em cheque. Uma dessas organizações dava pelo nome de Movimento Independente de Direito (MID) e tinha como um dos fundadores Pedro Santana Lopes<sup>32</sup>, que viria a *rachar* a cabeça do comunista José Magalhães<sup>33</sup> com a perna de uma cadeira.

Também entre os mais velhos as cenas de pancadaria eram recorrentes e faziam moossa. Num episódio que surge no livro *Cenas Parlamentares*<sup>34</sup>, Américo Duarte, o deputado único e ativo da UDP,

<sup>29</sup> *Voz do Povo*, 2 de agosto de 1974.

<sup>30</sup> *Sábado*, 17 de maio de 1991.

<sup>31</sup> UEC(m-l), União dos Estudantes Comunistas (marxista-leninista).

<sup>32</sup> Pedro Santana Lopes aderiu ao PSD em 1976.

<sup>33</sup> Ver Capítulo II.

<sup>34</sup> *Cenas Parlamentares*, de Victor Silva Lopes.

queixava-se em pleno plenário da Assembleia Constituinte de ter sido vítima de agressão. A 10 de julho de 1975, após os deputados do MDP-CDE<sup>35</sup> terem abandonado o plenário na sequência de uma intervenção do socialista António Arnaut, deu-se o seguinte diálogo:

«Presidente [Henrique de Barros] — Tem a palavra o Sr. deputado Américo Duarte.

Américo Duarte (UDP) — Queria em primeiro lugar que fique aqui bem expresso por que razão abandonei há pouco esta sala. Foi pelas palavras reacionárias do senhor deputado Arnaut, palavras essas apoiadas por declarados fascistas presentes nesta sala, e não por apoio ao MDP-CDE, filhote do partido do Sr. Cunhal.

(Apupos. Risos.)

Manuel Gusmão (PCP) — Partido Comunista Português!

Dias Lourenço (PCP) — Isso é um insulto. O nome do nosso partido é Partido Comunista Português. Não admitimos que insultem o nome do nosso partido!

Presidente — Peço ao orador o favor de moderar as suas expressões e de não empregar aquelas que possam ser consideradas ofensivas.

Américo Duarte — ... ou a esse mesmo partido, porque ainda me doem as costas da porrada que levei no último plenários dos metalúrgicos no Pavilhão dos Desportos, em que a traição desses senhores esteve bem patente, em que os seus caciques bateram nos operários presentes que não seguiram a linha traiçoeira desses mesmos partidos.»

À margem de truculências, o Partido Socialista, cuja juventude tinha fraca expressão nos estudantes, ia capitalizando entre os mais crescidos. Absorvia militantes que tinham pertencido ao MES<sup>36</sup> e alguns,

<sup>35</sup> MDP-CDE, Movimento Democrático Português-Comissão Democrática Eleitoral.

<sup>36</sup> Do MES, o PS viria a *ganhar* dois secretários-gerais (Jorge Sampaio e Ferro Rodrigues) e muitos ministros.

mais tarde, ao GIS<sup>37</sup>. Foram os casos de João Cravinho, Jorge Sampaio, Augusto Mateus, Alberto Martins ou, mais tarde, de Ferro Rodrigues.

Em 1979, Acácio Barreiros entrava em rota de colisão com a UDP para se juntar também ao PS, a convite de Mário Soares, protagonizando mais um ziguezague na vida política portuguesa: dois anos antes<sup>38</sup>, ao ter votado contra uma moção de confiança apresentada pelos socialistas, que levaria à queda do I Governo Constitucional, Acácio Barreiros referiu-se nestes termos ao homem que o viria a puxar para a família socialista: «A análise do memorando que nos foi apresentado [pelo PS] e os debates que aqui assistimos já mostraram que o governo pediu o apoio desta assembleia unicamente para prosseguir a sua política ruinosa e antipopular.»

Nunca tocando os extremos, curioso foi o percurso de António Vitorino, que logo em maio de 1975 se filiava na Juventude Socialista para depois passar pela FSP e pelo MSU<sup>39</sup> e ser deputado pela UEDS<sup>40</sup>, antes de regressar ao PS. «O Dr. Mário Soares, preocupado com essa deriva, destacou, para vigiar os perigosos esquerdistas, o engenheiro António Guterres», recordaria, em tom jocoso, numa entrevista que deu em 2001 ao *Jornal de Negócios*.

O PS, como partido charneira, não era, assim, apenas um local de acolhimento. Se Vitorino saiu para pisar terrenos mais à esquerda, outros iriam trilhar o percurso contrário: em 1979, António Barreto, Medeiros Ferreira e Francisco Sousa Tavares abandonavam o partido para criarem o Movimento Reformador.

Mário Soares dava, por essa altura, uma entrevista, destapando o labiríntico mundo da política: «Sobre as acusações de ambiguidade que nos fazem, reconheço que nalguns casos essa ambiguidade existiu [...]. Neste país,

<sup>37</sup> GIS, Grupo de Intervenção Socialista.

<sup>38</sup> No dia 7 de dezembro de 1977.

<sup>39</sup> MSU, Movimento Socialista Unificado.

<sup>40</sup> UEDS, União da Esquerda para a Democracia Socialista.

*Diário de Lisboa,*  
22-09-1975:  
«Em relação a  
Portugal, a minha  
esperança é a de  
construirmos  
pela primeira  
vez no mundo  
um socialismo  
autêntico, em que  
o poder venha das  
bases até à cúpula,  
que venha a ter,  
não sei daqui a  
quanto tempo,  
uma Assembleia  
Nacional Popular,  
em que possamos  
dizer ao povo deste  
país que é o dono  
deste país onde  
nasceu.»  
- OTELO SARAIVA  
DE CARVALHO

de 1974 para cá, registaram-se muitas variações da parte de todos os partidos relativamente aos mesmos problemas, pelo que não se pode acusar apenas o PS nesse domínio. De qualquer modo, há uma parte de autocrítica que eu assumo.»<sup>41</sup>

Meses após esta assunção de culpas, Soares iria autossuspender-se de secretário-geral do PS<sup>42</sup> por discordar do apoio dado pelo seu partido à reeleição presidencial de Eanes (ver Capítulo VI). Manobra de dramatização que seria também utilizada por Sá Carneiro ou Freitas do Amaral.<sup>43</sup>

## Do volúvel Otelo ao *rolha* Costa Gomes

**E**m contraciclo com a movimentação política no pós-revolução, Otelo Saraiva de Carvalho infletia para o radicalismo de esquerda, depois de em julho de 1975 se ter encontrado com Fidel Castro em Cuba.<sup>44</sup> Uma transfiguração bem perceptível nesta sequência de afirmações:

### ***Diário de Lisboa, 11-10-1974:***

«Em relação ao António Champalimaud, tudo o que tenho ouvido dizer dele no campo da indústria é muito bom. Considero, só por ouvir dizer, que é um génio industrial e que, extremamente aberto como é para todos os problemas, audaz nas suas atividades, estou convencido, será até um dos homens que mais poderá impulsionar o ressurgimento da indústria, se ele quiser.»

<sup>41</sup> *Expresso*, 10 de março de 1979.

<sup>42</sup> Entre 18 de outubro e 10 de dezembro de 1980.

<sup>43</sup> Em 1977, Sá Carneiro demitiu-se da presidência do PSD para a reassumir no ano seguinte, e Freitas do Amaral abandonou a do CDS em 1982, recuperando-a em 1988.

<sup>44</sup> O encontro deu-se no dia 26 de julho de 1975.

***Povo Livre, 15-10-1974:***

«Numa análise muito rápida, e tanto quanto possível sucinta do que se passa atualmente no panorama político, e tendo sempre em consideração a linha do MFA, julgo que nesta altura são aliados para a instauração da liberdade democrática no país todos os partidos que se situem do centro para a esquerda, com exceção evidentemente da extrema-esquerda. Os extremistas, até porque os extremos tocam-se, são por norma desafetos a políticas honestas.»

«Julgo que o socialismo humano e em liberdade é a melhor estrutura socioeconómica para Portugal, que poderá ir por um caminho de uma social-democracia. Penso que esta ideia vai ao encontro da maioria dos oficiais portugueses.»

***O Jornal, 16-05-1975:***

«Não gosto das exigências que eles [os partidos] se sentem no direito de fazer, só porque, como o PS, tiveram mais votos nas eleições. Tudo isto é a porca da política e parece-me que este momento da vida portuguesa é demasiadamente importante para que se perca tempo com eles. Há que procurar a participação dos partidos, não haja dúvida, mas numa base unitária, em torno dos verdadeiros objetivos do povo português.»

***O Primeiro de Janeiro, 15-06-1975:***

«Eu, às vezes, chego a pensar que a nossa inexperiência revolucionária, enfim, teria sido melhor se, a 25 de Abril de 1974, encostássemos à parede ou mandássemos para o Campo Pequeno umas centenas ou milhares de contrarrevolucionários, eliminando-os à nascença. Tenho a impressão de que neste momento a contrarrevolução já não existia, pelo menos por medo.»

***Diário de Lisboa, 01-08-1975:***

«Já aqui há tempos, quando disse algumas palavras através da Rádio Renascença, dizendo “oxalá que nunca tenhamos de pôr no Campo Pequeno contrarrevolucionários”, recebi logo inúmeras cartas a chamarem-me bandido. Eu tinha dito na altura “oxalá que não tenhamos de pôr”, mas estou agora convencido de que, a curto prazo, teremos que pôr mesmo. Parece que as coisas estão a encaminhar-se nesse sentido. Penso que se vai tornando impossível fazer uma revolução socialista totalmente pacífica.»

«Os responsáveis do Partido Socialista, politicamente, desiludiram-me extraordinariamente.»

«Custa-me a crer que um homem de esquerda, que foi sempre um lutador antifascista, esteja a assumir posições como as do Dr. Mário Soares.<sup>45</sup> Eu, que sempre me dei muitíssimo bem com ele, que falei com ele nas melhores condições, de amigo para amigo, estranho muito as posições que ele está a tomar e tenho que falar com ele muito a sério.»

***Diário de Lisboa, 22-09-1975:***

«Em relação a Portugal, a minha esperança é a de construir-mos pela primeira vez no mundo um socialismo autêntico, em que o poder venha das bases até à cúpula, que venha a ter, não sei daqui a quanto tempo, uma Assembleia Nacional Popular, em que possamos dizer ao povo deste país que é o dono deste país onde nasceu.»

<sup>45</sup> Otelo, acabado de chegar de Cuba, referia-se ao discurso de Mário Soares proferido a 19 de julho de 1975 na Fonte Luminosa da Alameda Afonso Henriques, em Lisboa, onde apelidou os comunistas de «paranoicos» e exigiu a saída de Vasco Gonçalves (primeiro-ministro entre 18 de julho de 1974 e 19 de setembro de 1975) do governo. O Comité Político do PCP reagiria, também de forma violenta, ao discurso do líder socialista: «O seu anticomunismo atingiu uma violência que nada inveja ao anticomunismo do tempo da ditadura.»

O extremismo revolucionário de Otelo — refletido na sua fixação de dar um uso alternativo à praça de touros lisboeta — levaria Ramalho Eanes a declarar, em vésperas das presidenciais em que ambos eram candidatos<sup>46</sup>, que se o seu adversário ganhasse as eleições (em 1976), «era porque se tinha operado uma mutação na maneira de ser e de pensar» dos Portugueses. E que nesse caso só lhe restavam duas soluções: «Ou viver emigrado [em Portugal] ou emigrar para o estrangeiro.»<sup>47</sup>

Otelo estava longe de ser um poço de pensamento político. Seria o próprio a admiti-lo: «Não me parece nada que eu seja confuso, posso é não ter ainda um pensamento muito consolidado sobre como fazer as coisas.»<sup>48</sup>

Mas se quase tudo lhe era permitido, pelo estatuto que gozava de herói de Abril<sup>49</sup>, o mesmo não iria passar-se com Costa Gomes<sup>50</sup>, alcunhado de *rolha* pela sua alegada habilidade de se manter à tona durante as tempestades políticas.

Um epíteto porventura injusto para um homem que privilegiava os consensos, o que na época não era do agrado das várias sensibilidades em confronto. Defendia que, tanto nas questões políticas como militares, o diálogo era sempre «mais profícuo do que a confrontação»<sup>51</sup>, mas nunca deixou de se atravessar sempre que houve o risco de o país derrapar para um conflito armado: «Lembro-me de uma célebre noite [em agosto de 1975], no forte de São Julião da Barra, ter recebido seis grupos diferentes, todos apostados em fazer uma revolução. Recordo-me de que a minha mulher estava apavorada. Foi uma noite em que eu não dormi, pois saía um grupo, entrava

<sup>46</sup> Ramalho Eanes, Otelo Saraiva de Carvalho, Pinheiro de Azevedo e Octávio Pato concorreram às primeiras eleições presidenciais em democracia, realizadas a 27 de junho de 1976. Eanes, apoiado pelo PS, PPD, CDS e PCTP, ganhou com 62% dos votos, tendo Otelo ficado em segundo lugar com 16,5%.

<sup>47</sup> *Diário Popular*, 21 de junho de 1976.

<sup>48</sup> *O Tempo*, 3 de novembro de 1988.

<sup>49</sup> Um estatuto de que já pouco beneficiou aquando do seu alegado envolvimento nas FP-25, que o levou a estar mais de quatro anos detido.

<sup>50</sup> Presidente da República entre 30 de setembro de 1974 e 13 de julho de 1976.

<sup>51</sup> *Costa Gomes, o Último Marechal*, de Maria Manuela Cruzeiro.

outro e todos queriam “endireitar” o país à custa de uma revolução. Depois de intermináveis diálogos, a todos disse o mesmo: “O primeiro que sair para a rua fica a saber que tem a minha oposição frontal e a de todas as tropas que me obedecerem”.»<sup>52</sup>

---

<sup>52</sup> *Ibidem.*